

ORIENTAÇÕES DE ESTUDOS DE HISTÓRIA

4

2ª
SÉRIE



Ensino Médio

Secretaria de
Educação



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO



/SeeducRJ



/seeducrj



/seeducRio



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Educação

Comte Bittencourt
Secretário de Estado de Educação

Andrea Marinho de Souza Franco
Subsecretária de Gestão de Ensino

Elizângela Lima
Superintendente Pedagógica

Maria Claudia Chantre
Coordenadoria de Áreas do Conhecimento

Assistentes

Cátia Batista Raimundo
Carla Lopes
Roberto Farias

Texto e conteúdo

Texto e conteúdo

Prof.^a Carla Machado Lopes

C.E. Rodrigo Otávio Filho (Brasil-Itália)

Prof. Enoque Cristian Ribeiro

C.E. Jornalista Rodolfo Fernandes

Prof. Guilherme José Motta Faria

C.E. Hispano Brasileiro João Cabral de Melo Neto

Prof. Leonardo Jorge Azevedo Ramos

C.E Professor José Accioli

Prof.^a. Márcia Teixeira Pinto

C.E. Professora Luiza Marinho

Capa

Luciano Cunha

Revisão de texto

Prof^a Andreia Cristina Jacurú Belletti

Prof^a Andreza Amorim de Oliveira Pacheco.

Prof^a Cristiane Povóa Lessa

Prof^a Cristiane Ramos da Costa

Prof^a Deolinda da Paz Gadelha

Prof^a Elizabete Costa Malheiros

Prof^a Karla Menezes Lopes Niels

Prof^a Kassia Fernandes da Cunha

Prof Marcos Giacometti

Prof Mário Matias de Andrade Júnior

Prof Paulo Roberto Ferrari Freitas

Prof^a Regina Simões Alves Prof

Prof Sammy Cardozo Dias

Prof Thiago Serpa Gomes da Rocha

Esse documento é uma curadoria de materiais que estão disponíveis na internet, somados à experiência autoral dos professores, sob a intenção de sistematizar conteúdos na forma de uma orientação de estudos.

© 2021 - Secretaria de Estado de Educação. Todos os direitos reservados.



Orientações de Estudos para HISTÓRIA

4º Bimestre de 2020 - 2º Ano do Ensino Médio Regular

Meta: Apresentar o processo de emancipação política das Treze Colônias Inglesas e das Américas Espanhola e Portuguesa e seus desdobramentos históricos.

Objetivos:

- Entender como ocorreu o processo de emancipação política das Treze Colônias Inglesas das Américas Espanhola e Portuguesa.
- Compreender a relação do processo histórico de emancipação política das Américas Portuguesa e Espanhola e as Treze Colônias Inglesas com as estruturas sociais e culturais do continente americano.
- Entender os processos políticos do 1º Reinado, Regências e 2º Reinado.



SUMÁRIO:

Introdução	6
Aula 1 – Treze Colônias Inglesas da América.	7
Aula 2 – Independência da América Espanhola.	9
Aula 3 – O processo de independência do Brasil.	14
Aula 4 – Primeiro Reinado (1822-1831).	16
Aula 5 – Período Regencial (1831-1840).	18
Aula 6 – Segundo Reinado (1840-1889).	19
Atividades	22
Considerações finais	25
Resumo	25
Referências bibliográficas	25



INTRODUÇÃO

No processo de conquista e colonização do continente americano, foram estabelecidas as bases das sociedades americanas. Os conjuntos de valores, práticas e hierarquias sociais do período colonial deixaram marcas históricas sobre essas sociedades americanas.

A luta por direitos das minorias sociais, aqueles grupos que historicamente foram alijados dos espaços de poder, ainda persiste. E, ao ler esta apostila, você entenderá qual a origem dessas desigualdades.

Na primeira parte, estudaremos o processo de independência dos Estados Unidos da América (EUA) e quais foram os grupos beneficiados com direitos de cidadania na República norte-americana.

No estudo sobre as Américas Espanhola e Portuguesa, entenderemos quais foram alguns dos fatores que ajudaram a determinar o quadro de desigualdade social e os índices de pobreza da região.

Aula 1 - A Independência das Treze Colônias Inglesas da América do Norte (1776).

A Constituição dos Estados Unidos da América (EUA) foi aprovada no dia 4 de julho de 1776. Nesta data, foi declarada a independência das Treze Colônias (Carolina do Norte, Carolina do Sul, Connecticut, Delaware, Geórgia, Rhode Island, Massachusetts, Maryland, New Hampshire, Nova York, Nova Jérsei, Pensilvânia, Virgínia). Neste período, a Inglaterra dominava uma parte da Costa Leste da América do Norte, localização das Treze Colônias. A região das Treze Colônias era delimitada a Oeste pelos Montes Apalaches e a Leste pelo Oceano Atlântico. Foi neste território que nasceu os EUA. Observe a localização das Treze Colônias no mapa abaixo.



Fonte da imagem: <<https://www.todamateria.com.br/as-treze-colonias-e-a-formacao-dos-estados-unidos/>> Dia 10/02/2021.

Ao contrário dos modelos de colonização das Américas Portuguesa e Espanhola, na região das Treze Colônias, vigorava um sistema de autogoverno (self-government). Resumidamente, isto significa que o governo inglês permitia que as Treze Colônias tivessem um alto grau de autonomia de governo. Cada uma das Treze Colônias tinha um governador, auxiliado por uma assembleia

eleita pelos colonos, como representante do rei inglês. Porém, os governadores procuravam respeitar a autonomia das colônias.

De 1756 a 1763, a Inglaterra participou da chamada Guerra dos Sete Anos. Esta guerra gerou prejuízos financeiros para a Inglaterra. Para cobrir estes prejuízos, o governo inglês tomou uma série de medidas que feriram a autonomia administrativa das Treze Colônias e geraram descontentamento entre os colonos. Estas medidas, listadas abaixo, visavam principalmente o aumento da arrecadação de impostos pelo governo inglês:

- . A Lei do Açúcar (Sugar Act, 1764), dentre outras medidas, aumentou os impostos para quem importasse açúcar que não viesse das Antilhas Britânicas.

- . O governo inglês decretou também a Lei do Selo (Stamp Act, 1765), obrigando o uso de um selo sobre livros, jornais, documentos etc.

- . A Lei dos Alojamentos (1765), obrigava aos colonos o dever de alimentar e hospedar militares ingleses.

- . A Lei do Chá (1773) determinava que os colonos só podiam comercializar chá com a Companhia Inglesa das Índias Orientais, controlada por comerciantes da Inglaterra.

Diante de tantas leis opressivas decretadas pelo governo inglês, os colonos começaram a demonstrar, através de diversos atos de rebeldia, descontentamento e revolta. Um desses atos de rebeldia contra o aumento do controle do governo inglês sobre as colônias foi a Revolta do Chá (1773), quando colonos jogaram na água um carregamento de chá de embarcações da Companhia das Índias Orientais atracadas no porto de Boston. O governo inglês respondeu decretando as Leis Intoleráveis (1774).

As Leis Intoleráveis puniam colonos envolvidos nos atos de rebeldia contra o governo inglês, proibiam manifestações, decretava o fechamento do porto de Boston, dentre outras medidas.

Como resultado da intransigência da metrópole inglesa, foi realizado o Segundo Congresso da Filadélfia (1775). Nesta ocasião, foi declarada guerra contra a Inglaterra.

Num primeiro momento, os colonos lutaram a guerra contra a Inglaterra sem muita ajuda externa. Posteriormente, receberam ajuda da Espanha, Holanda e, principalmente, da França. Em 1781, os ingleses foram derrotados definitivamente. Em 1783, a Inglaterra reconheceu oficialmente a independência

dos EUA.

Algumas das figuras importantes do processo de Independência das Treze Colônias foram Thomas Jefferson, considerado o principal autor da Constituição dos EUA, e George Washington, líder militar da guerra de independência e o primeiro presidente dos EUA.

A Revolução Americana, como ficou conhecido o processo de independência dos EUA, foi fortemente influenciada por ideais de liberdade oriundos do pensamento iluminista. O iluminismo foi um movimento de ideais que se colocava contra o poder absoluto dos reis, defendia a igualdade jurídica entre os homens, a tolerância religiosa, a liberdade individual, a divisão dos poderes (legislativo, executivo e judiciário) e várias outras ideias liberais. A Revolução Americana influenciou movimentos por liberdade no mundo todo, mas dentro dos EUA, vários grupos sociais não foram contemplados pelos novos direitos conquistados. Os EUA ainda praticavam a escravidão. Mulheres não tinham direitos políticos. No processo de expansão do território dos EUA para o Oeste, indígenas foram expulsos de suas terras e mortos. Os poucos indígenas que sobreviveram foram transferidos à força para locais isolados, chamados de reservas. Somente homens brancos da elite podiam exercer direitos plenos de cidadania. A luta por direitos básicos de cidadania para a maioria dos grupos formadores dos EUA demorou muito tempo para gerar resultados e, na verdade, esta luta ainda está em andamento.

Aula 2 - Independência da América Espanhola.

No século XIX, a sociedade colonial espanhola era rigidamente hierarquizada. Isto quer dizer que as possibilidades de alguém emergir socialmente, tornando-se membro da elite, eram muito pequenas. Quanto mais próximo da base da pirâmide social, mais difícil era ascender socialmente. A sociedade era dividida em cinco partes principais: '*Chapetones*' (europeus nascidos na Espanha, elite administrativa da colônia), '*Criollos*' (brancos nascidos na América Espanhola, detinham o poder econômico e lideravam o poder político local através dos '*cabildos*', as câmaras municipais), Mestiços (pessoas de origem europeia e indígena que realizavam trabalhos de baixa remuneração), Servos (indígenas submetidos a trabalhos forçados) e Africanos

Escravizados, utilizados sobretudo na Colômbia e no Caribe para o trabalho escravo agrícola.

Para termos um bom entendimento sobre a Organização Social da América Espanhola, na segunda imagem dessa Orientação de Estudos, observe a representação de sua pirâmide social.

Na terceira imagem, temos a representação do interior de uma mina de prata de Potosí, atual Departamento de Potosí, na Bolívia. O trabalho nestas minas era muito perigoso e insalubre. Este trabalho era realizado por indígenas submetidos ao regime de servidão compulsória.



Fonte da imagem: <https://pt.slideshare.net/Alb_iely/h7-4-bimaluno20132bimestre> APUD : H7, Ginásio Carioca. 4º bimestre de 2013. Dia 10/02/2021.



Fonte da imagem:

<<http://ahistoriapresente.blogspot.com/2014/02/a-exploracao-da-prata-em-potosi.html>>

Dia 10/02/2021.

Na imagem a seguir, vejam como o território da América Espanhola era vasto e dividido administrativamente em diversas partes.



Fonte: <<https://beduka.com/blog/materias/historia/colonizacao-da-america-espanhola/>>

Dia 24/03/2021.

Apesar do rígido controle político-administrativo da Coroa da Espanha, os ideais iluministas circulavam entre os membros da elite local, os criollos. Como já vimos, o iluminismo foi um movimento de ideias que defendia o fim do poder absoluto dos reis, a igualdade jurídica entre os homens, a liberdade

individual, a divisão dos poderes (legislativo, executivo e judiciário) e várias outras ideias liberais. Além disso, a independência dos EUA, guiada por ideais iluministas, influenciava o pensamento das elites coloniais de outras partes do continente americano.

No entanto, os anseios por mais liberdade não ficavam restritos às elites coloniais. Ocorreram vários movimentos de resistências populares à dominação espanhola na América. Um dos mais importantes foi o movimento liderado por Tupac Amaru. O líder do movimento de independência peruano foi morto pelos espanhóis. Em meio a luta pela independência que começou em 1780, os espanhóis executaram dezenas de milhares de índios!

Na Europa, Napoleão expandia o seu império, inclusive anexando territórios para a França. A maior rival da França era a Inglaterra. Porém, mesmo Napoleão tendo o exército mais poderoso e temido da Europa, não conseguia atacar a Inglaterra. O reino da Inglaterra fica na ilha da Grã-Bretanha e a marinha mais poderosa do mundo era a inglesa. A marinha francesa não tinha condições de derrotar a Inglaterra no mar. Diante dessa dificuldade, Napoleão decretou o Bloqueio Continental (1806). De acordo com este decreto, Napoleão estabelecia o bloqueio de todos os portos da Europa Continental ao comércio com os ingleses. Ele pretendia, desta forma, sufocar a Inglaterra economicamente. O reino da Europa que desobedecesse ao decreto de Napoleão, seria atacado pelo exército francês. Como a Inglaterra tinha relações comerciais com diversas nações da Europa, este decreto foi desobedecido em reinos como a Espanha e Portugal que foram invadidos pelo exército francês. Na Espanha, o rei espanhol, Fernando VII, foi deposto pelo governo francês e em seu lugar foi empossado José Bonaparte, irmão de Napoleão. Esta situação gerou consequências políticas importantes para a América Espanhola.

A elite econômica da América Espanhola, os criollos, encarava José Bonaparte como um usurpador do trono espanhol, um rei ilegítimo. Juraram fidelidade ao rei deposto e passaram a administrar as diversas partes da América Espanhola diretamente através dos Cabildos. Isto quer dizer que o poder político-administrativo das colônias espanholas na América passava diretamente para as mãos dos criollos, sem a interferência da Coroa da Espanha. Posteriormente, com a derrota de Napoleão e o retorno de Fernando VII ao trono espanhol, a Coroa da Espanha tentou retomar novamente o controle

administrativo da América Espanhola, gerando resistências da parte dos criollos.

As maiores lideranças criollas da independência da América Espanhola foram José de San Martín e Simón Bolívar. Outros líderes importantes foram Bernardo O'Higgins e José Sucre. Após a independência da América Latina, houve no Panamá um Congresso com as principais lideranças da região, onde Simón Bolívar defendia a integração das nações latinas nos moldes dos EUA. Porém, as diversas elites locais da América Latina queriam manter o controle local sobre as diversas partes da América Latina e os EUA e a Inglaterra não queriam um imenso e forte Estado Nacional latino na região. Isto era visto como uma ameaça aos interesses econômicos desses países. Então, o sonho de Simón Bolívar não se realizou.

Um dos motivos da maior parte da América Latina enfrentar altos índices de pobreza e desigualdade social tem relação com o conservadorismo das elites latinas, que buscaram manter boa parte da ordem social vigente no continente, durante o período colonial, sufocando movimentos populares e apoiando a ascensão de caudilhos, ditadores, ao poder. Estes caudilhos exerciam o poder de acordo com os interesses das elites latinas e, frequentemente, se submetiam, também, aos interesses dos EUA na região.

2.1 - Um caso que merece destaque.

A Revolução Haitiana (1791-1804) foi o maior exemplo de uma revolta popular contra o poder colonial. Revolta liderada por pessoas de origem africana, influenciadas por ideais iluministas. Estas lideranças africanas eram alfabetizadas e exerciam trabalho principalmente no exército. No Haiti, ex-colônia francesa, existia em torno de meio milhão de africanos escravizados que trabalhavam no campo, produzindo quase a metade de todo o açúcar mundial. Através da revolta popular, em 1794, os haitianos conseguiram que o governo francês decretasse o fim da escravidão neste território caribenho. Posteriormente, Napoleão tentou restabelecer a escravidão no Haiti, mas não obteve êxito duradouro.

As elites coloniais do continente americano viam o Haiti como um exemplo perigoso, justamente pelo fato dos haitianos terem realizado uma revolta popular bem-sucedida. Os EUA impuseram embargo comercial ao Haiti e a França cobrou pesadas taxas em dinheiro para o Reconhecimento da Independência

(1834) da então colônia. Estes boicotes ajudam a explicar o fato do Haiti ser um dos países mais pobres do mundo atualmente.

Aula 3 - O processo de independência do Brasil.

Como já foi dito, Napoleão decretou o Bloqueio Continental (1806). De acordo com este decreto, foi estabelecido o bloqueio de todos os portos da Europa Continental ao comércio com os ingleses. O reino da Europa que desobedecesse ao decreto de Napoleão seria atacado pelo exército francês.

Portugal tinha uma forte dependência comercial em relação à Inglaterra. Além disso, o príncipe regente, Dom João VI, que governava em nome de sua mãe, rainha Maria I, temia que os ingleses tomassem as colônias portuguesas, caso Portugal ficasse ao lado dos franceses. Inicialmente, Dom João VI tentou manter a neutralidade portuguesa frente ao conflito entre França e Inglaterra. Neste meio tempo, temendo a invasão francesa a qualquer momento, Portugal firmou acordo de proteção com a Inglaterra. Ficou acordado que, caso a França invadissem Portugal, a Corte portuguesa seria transferida em segurança para o Brasil, escoltada pela marinha inglesa. Em troca, os ingleses receberiam benefícios comerciais junto ao governo português, como o direito a utilizar os portos do Brasil.

Diante da indefinição de Portugal, o governo francês determinou a invasão de Portugal. Sob a proteção da marinha inglesa, Dom João VI e sua Corte, 15 mil pessoas, embarcaram para o Brasil. Levaram todas as riquezas que puderam junto com eles. Deixaram para trás uma população atônita e assustada, diante da invasão iminente dos franceses à capital, Lisboa.

Depois de uma passagem de parte da frota portuguesa em Salvador, Bahia, em janeiro de 1808, a Corte portuguesa estabelece a capital administrativa do Império Português no Rio de Janeiro. Instalando-se no Rio de Janeiro, em março de 1808, Dom João realizou uma série de medidas que transformaram a nova capital administrativa do Império. Criou-se, por exemplo, a Biblioteca Real, a Casa da Moeda, o Banco do Brasil, o Jardim Botânico e a Academia Real Militar. Foram instaurados novos órgãos de justiça no Brasil.

Logo que chegou ao Brasil, enquanto ainda estava na Bahia, Dom João VI, atendendo principalmente aos interesses comerciais ingleses, decretou a

Abertura dos Portos às “Nações Amigas”. Isto significava o fim do Pacto Colonial que estabelecia que a colônia, no caso o Brasil, só poderia estabelecer relações comerciais com Portugal. Por este tratado, ficou determinado que todas as “nações amigas” de Portugal poderiam estabelecer comércio com o Brasil. Em 1810, foi assinado um outro tratado que estabelecia claros privilégios comerciais aos ingleses, o Tratado de Comércio e Navegação. Pelos termos desse tratado, as seguintes taxas alfandegárias foram fixadas no Brasil:

- . Os produtos ingleses pagavam 15% de taxa alfandegária;
- . Os produtos portugueses pagavam 16% de taxa alfandegária;
- . As outras “nações amigas” pagavam 25% de taxa alfandegária.

Diante de taxas alfandegárias tão vantajosas, os produtos ingleses inundaram e dominaram o mercado brasileiro.

Em 1815, o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal, deixando de ser oficialmente uma colônia portuguesa, além de sediar no Rio de Janeiro a capital do Império Português.

Neste meio tempo, os portugueses lutaram, com o apoio dos ingleses, pela expulsão e derrota das tropas francesas. Após várias batalhas, os franceses foram expulsos de Portugal no final do ano de 1811. Diante disso, os portugueses esperavam o retorno do seu rei a Portugal, a restauração da capital do Império Português em Lisboa e o retorno do Brasil à condição de colônia portuguesa. Observando que o rei português não dava sinais de querer retornar, os portugueses iniciaram um movimento revolucionário que lutava pelo retorno de Portugal à condição de metrópole do Império Português, a Revolução do Porto (1820). Criaram um governo provisório e exigiram o retorno de Dom João VI a Portugal, sob ameaça de perda do trono, caso o monarca permanecesse no Brasil.

Dom João VI retorna a Portugal junto com a sua Corte (1821), mas deixa o seu filho, Dom Pedro, como príncipe regente do Brasil. Dom João VI sabia que, diante das pressões políticas de Portugal que visavam o retorno do Brasil à condição de colônia, a independência política definitiva do Brasil era algo iminente. A maior parte da elite brasileira não aceitaria tranquilamente o retorno do Brasil a essa condição. Por isso, com esta medida, Dom João VI garantia os dois tronos para a Família Bragança, Portugal e Brasil.

Ainda em 1821, chegou ordem de Portugal determinando o retorno de

Dom Pedro a Portugal. No início do ano seguinte, Dom Pedro recebeu um documento com milhares de assinaturas pedindo que este permanecesse no Brasil. Duas pessoas foram muito importantes no apoio à permanência de Dom Pedro I no Brasil e no processo de independência política definitiva do país: Maria Leopoldina, esposa de Dom Pedro, e José Bonifácio de Andrada e Silva. Em 1822, antes da proclamação da independência, foi decretado que as leis que viessem de Lisboa só seriam cumpridas com a aprovação de Dom Pedro e, ainda, foi convocada uma assembleia para a construção de uma Constituição (conjunto de leis fundamentais) para o Brasil.

Lisboa reagiu determinando o retorno imediato de Dom Pedro para Portugal. Quando a ordem chegou de Lisboa, Dom Pedro não estava no Rio de Janeiro. Maria Leopoldina recebeu a ordem e organizou uma sessão extraordinária que redigiu a Declaração de Independência do Brasil. Dom Pedro recebeu a Declaração de independência às margens do Rio Ipiranga, em São Paulo. Ao ler o documento, Dom Pedro declarou a independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822.

Após a declaração de independência, ocorreram vários conflitos no Brasil da parte de grupos que não queriam se separar de Portugal contra aqueles que queriam a independência. Dom Pedro I só foi coroado imperador do Brasil em 1º de Dezembro de 1822. As guerras de independência do Brasil aconteceram principalmente na Cisplatina (atual Uruguai), Bahia, Maranhão e Pará. Estes conflitos se estenderam até 1824. Além disso, O Brasil teve que pagar uma indenização de 2 milhões de libras ao governo português para o reconhecimento da independência.

Aula 4 - Primeiro Reinado (1822-1831).

A independência do Brasil foi conservadora, ou seja, manteve as estruturas sociais do Brasil praticamente intactas. O Brasil não se tornou uma república, como a maioria dos Estados Nacionais do continente americano. A escravidão não foi abolida. O Brasil permanecia uma sociedade de privilégios completamente desiguais.

O processo de construção da primeira Constituição do Brasil visava manter os privilégios da elite latifundiária do Império. O primeiro projeto de

Constituição do Brasil (1823) foi apelidado popularmente de Constituição da Mandioca por privilegiar os direitos de cidadania, como o voto e a possibilidade de concorrer para cargos eletivos, a elite do Império, dona de latifúndios (grandes fazendas), e excluindo, até mesmo, comerciantes ricos que não tivessem terras. Este projeto constitucional submetia o poder do imperador ao Legislativo, composto por membros da elite.

O Imperador Dom Pedro I não aceitou uma Constituição que limitasse os seus poderes. Logo, dissolveu a Assembleia Constitucional e incumbiu dez ministros de Estado da responsabilidade pela elaboração da primeira Constituição do Brasil, aproveitando vários pontos do projeto de Constituição realizado pela Assembleia Constituinte dissolvida. Porém, buscando manter amplos poderes de governo em suas mãos, acrescentando um quarto poder de governo, além do Legislativo, Executivo e Judiciário, o Poder Moderador.

Na estrutura de governo da Constituição de 1824, outorgada pelo imperador, o judiciário tinha os membros do Supremo Tribunal de Justiça escolhidos por Dom Pedro I. O Legislativo era eleito de acordo com critérios censitários de renda, idade (25 anos) e sexo (masculino). No Legislativo, os senadores tinham cargo vitalício (ficavam no cargo até a morte) e eram escolhidos pelo Imperador de acordo com uma lista tríplice dos candidatos mais votados nas províncias. O poder executivo, encarregado da administração do Império e do cumprimento das leis criadas pelo Legislativo, era exercido pelo Imperador. E, finalmente, o Poder Moderador, basicamente, dava a Dom Pedro I o direito de intervir nos demais poderes, inclusive podendo vetar leis e dissolver o Legislativo. Desta forma, na prática, a Constituição de 1824 manteve o absolutismo monárquico como forma de governo no Brasil.

Diversos fatores explicam a curta duração do governo de Dom Pedro I, listados abaixo:

- . O centralismo político de Dom Pedro I que gerava revoltas coloniais, como a Confederação do Equador (1824) e insatisfações entre os membros da elite;

- . A Guerra da Cisplatina (1825-1828), atual Uruguai, que gerou gastos, onerando os cofres públicos e gerando perdas em vidas humanas. Além disso, o Brasil perdeu este território que, com a interferência inglesa, se tornou independente.

. A disputa pelo trono português. Dom Pedro I era legítimo herdeiro do trono, mas abriu mão do trono de Portugal em nome de sua filha, Maria da Glória, para acalmar os ânimos da elite brasileira. Essa fidalguia do Brasil temia que, diante das disputas pelo trono português, Dom Pedro I poderia se ver tentado a unir as duas Coroas, a portuguesa e a brasileira, acabando com a independência do Brasil.

. A morte de Libero Badaró. Badaró era um jornalista, opositor político de Dom Pedro I. Ele foi assassinado em 1830 e Dom Pedro I foi apontado como suspeito de ser mandante do crime.

Depois da morte de Badaró, Dom Pedro I tentou, sem sucesso, melhorar a sua imagem, sendo apoiado basicamente por portugueses, chegando a criar um ministério composto somente por eles, o ministério dos marqueses. Esta aproximação com os portugueses fortaleceu a insatisfação dos brasileiros, gerando uma revolta que mobilizou milhares de pessoas em protestos no Rio de Janeiro, levando Dom Pedro I a abdicar do seu trono em nome do filho, Pedro de Alcântara. Pedro de Alcântara era uma criança de 5 anos. Como ele não tinha condições de governar sendo tão jovem, começa no Brasil o Período Regencial (1831-1840). Neste período, regentes governavam em nome de Dom Pedro de Alcântara até que este alcançasse a maioridade e pudesse governar.

Aula 5 - Período Regencial (1831-1840).

Neste período, dois grupos políticos se destacaram: os partidos Liberal (Luzias) e Conservador (Saquaremas). Inicialmente, enquanto estas duas forças políticas ainda estavam em formação, os liberais se destacavam por defender uma maior autonomia dos poderes locais das províncias e os conservadores eram mais favoráveis a um governo central mais forte. Porém, com o tempo, ambos os grupos passaram a ter poucas diferenças em suas pautas políticas.

O período regencial foi extremamente conturbado para o Brasil. Várias revoltas aconteceram em diversas partes do Brasil: a Cabanagem, a Sabinada, a Revolta dos Malês, a Balaiada e a Farroupilha. As duas mais marcantes foram a Farroupilha (de caráter elitista e separatista) e a dos Malês (de caráter popular e antiescravista).

As tendências separatistas se espalhavam pelo Brasil. Como forma de

tentar conter as rebeliões regenciais, Dom Pedro II foi coroado, antes mesmo de alcançar a maioridade. Por isso, este fato ficou conhecido como golpe da Maioridade (1840).

Aula 6 - Segundo Reinado (1840-1889).

Inicialmente, liberais e conservadores acreditavam que, levando-se em conta o fato do Imperador ser muito jovem, seria mais fácil controlá-lo. No entanto, Dom Pedro II demonstrou ser hábil em manipular as ambições políticas dos Liberais e Conservadores. Hora Dom Pedro II instaurava um gabinete de ministros conservadores e, em outros momentos, constituía um gabinete liberal. Foram formados 36 ministérios, durante o governo de Dom Pedro II, 15 conservadores e 21 liberais. Dom Pedro II conseguiu manter amplos poderes, inclusive fazendo uso do Poder Moderador. Por isso, os historiadores costumam chamar este período de parlamentarismo às avessas.

O Segundo Reinado é marcado pela pacificação nacional, buscando a unidade territorial, com repressão às revoltas. O mais conhecido dos comandantes das tropas que reprimia as revoltas foi Duque de Caxias. Todos esses movimentos foram vencidos e a unidade territorial da monarquia foi mantida. Alguns deles começaram antes do reinado de Dom Pedro II e só terminaram durante a sua regência. Destacamos algumas dessas revoltas:

1824 Confederação do Equador	Nordeste do Brasil	Foi uma reação à Constituição outorgada por dom Pedro I no mesmo ano.
1835 a 1840 Cabanagem	Abrangia os atuais estados do Pará, Amazonas, Amapá, Roraima e Rondônia	A rebelião tinha como objetivo a independência da região.

1835-1845 Farroupilha	Rio Grande do Sul	Insatisfação com a centralização do governo e a falta de autonomia da província
1848-1849 Praieira	Pernambuco	Pôr fim ao sistema político vigente das elites conservadoras, onde o poder local era monopolizado por duas famílias aristocráticas.
1837-1838 Sabinada	Bahia	Insatisfação com as autoridades nomeadas pelo governo regencial para o comando do governo da Bahia.

No Segundo Reinado, o café se destacou como grande fonte de riqueza e desenvolvimento para o Brasil. Ao longo das ferrovias que escoavam a produção de café, surgiam cidades. Uma indústria empacotadora de café e outros alimentos se desenvolvia e uma classe econômica intermediária crescia. Inicialmente, a produção de café utilizava principalmente a mão de obra de africanos escravizados.

Em 1850, a Inglaterra acirrou as suas exigências pelo fim do tráfico escravista de africanos para o Brasil. Inclusive, embarcações que insistiam em traficar africanos para o mercado de escravos no Brasil corriam o risco de serem apresadas pelos ingleses. Então, o preço dos escravos no mercado interno disparou, já que, principalmente a partir de 1855, o tráfico de africanos para o Brasil foi interrompido. Com o tempo, somente pessoas muito ricas passaram a ter condições econômicas de adquirir escravos, diminuindo o apoio popular à escravidão. Paulatinamente, foram criadas leis que anunciavam o fim deste regime, listadas abaixo:

- . a Lei Eusébio de Queirós (1850) tornava ilegal o tráfico de pessoas da África para o Brasil;
- . a Lei dos Ventre Livre (1871) tornava livres os escravos nascidos a partir desta data quando atingissem 21 anos ou 8 anos, no caso do senhor de escravos aceitar uma indenização em dinheiro;

. a Lei dos Sexagenários (1885) estabelecia a libertação dos escravos aos 60 anos de idade, mas estes deveriam trabalhar ainda por mais 3 anos, como forma de indenização aos seus senhores;

. a Lei Áurea (1888) estabelecia legalmente o fim da escravidão no Brasil. Neste período, 5% da população brasileira ainda era composta por escravos, totalizando mais de 700 mil pessoas escravizadas.

Os escravos libertos não receberam nenhum tipo de indenização. Foram deixados a própria sorte, sem condições econômicas de sobrevivência. Para ocupar o lugar desta mão de obra, principalmente a partir dos anos 50 do século XIX (19), foram trazidos imigrantes europeus para o Brasil, principalmente para São Paulo. Vigorava na mentalidade da elite intelectual brasileira pensamentos racistas que viam o negro como preguiçoso. Por isso, os negros eram excluídos do mercado de trabalho formal, tendo que realizar funções de baixa remuneração. A vinda de imigrantes europeus foi incentivada também como uma forma de embranquecimento da população.

6.1 - Fim do Segundo Reinado.

Após a Guerra do Paraguai (1864-1870), conflito que envolveu Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai – que tentou tomar parte do território do Sul do Brasil para obter uma saída para o mar – o exército brasileiro saiu fortalecido. Os militares reivindicavam maior participação política. Por sua vez, o Império do Brasil saiu extremamente endividado desta guerra, gerando uma crise econômica para o Brasil. Este foi somente um dos fatores que ajudam a explicar a queda do governo de Dom Pedro II. Foram três os fatores principais: a Questão Militar, a Questão Escravista e a Questão Religiosa.

Conforme já dito, os militares almejavam maior participação política. Eles eram influenciados por ideais positivistas, conforme o lema estampado em nossa bandeira, ordem e progresso. Criaram clubes militares, onde discutiam assuntos políticos. Dom Pedro II mandou dissolver estes clubes, o que gerou insatisfação entre os militares e contribuiu para a queda da monarquia. Esta é a **Questão Militar**.

A **Questão Religiosa** foi a crise entre a Igreja Católica e o poder temporal do Império do Brasil. A religião católica era a única religião oficial do Brasil. A

elite eclesiástica (Bispos, padres, dentre outros) da Igreja Católica era custeada pelo governo. Em troca, o Imperador podia aprovar, ou não, para efeito em território nacional, decisões tomadas em Roma pela Igreja Católica. O Papa Pio IX emitiu um decreto definindo uma postura mais rígida de disciplina religiosa para os católicos do mundo. O Bispo de Olinda, Dom Vital, decidiu proibir os maçons de comungar. Vários políticos importantes do Império eram maçons. Isto gerou uma crise entre o poder imperial e a elite eclesiástica da Igreja Católica do Brasil. Dom Vital chegou a ser preso e solto alguns dias depois. Porém, este episódio abalou a relação de colaboração entre a Igreja e a Monarquia no Brasil.

Em 13 de maio de 1888, foi assinada a Lei Áurea. Os senhores de escravos reivindicavam indenização por seus ex-escravos perdidos com a abolição da escravidão. Principalmente na região do Vale do Paraíba, os donos de fazenda de café eram extremamente dependentes da mão de obra escrava. Como estes senhores não receberam indenização, deixaram de apoiar a monarquia. Esta foi a **Questão Escravista**.

Em 15 de novembro de 1889, Marechal Deodoro liderou as tropas que depuseram o Imperador e a família imperial partiu para o exílio na Europa.

ATIVIDADES

1. (UFMG-MG) Abaixo se encontram descritas diferentes características dos processos de independência da América Latina e da América do Norte. Sobre esse contexto, leia as alternativas abaixo.

I. Nos Estados Unidos, como coincidência imediata de seu processo de independência, ocorreu a abolição da escravatura.

II. Em toda a América Espanhola ocorreu uma aliança entre as elites locais e os setores populares contra os interesses metropolitanos sem, contudo, produzir mudanças nas formas de governo.

III. Na América Portuguesa, a transferência da corte para o Rio de Janeiro, bem como a abertura dos portos às nações amigas, constitui-se em importante fator para a crise do sistema colonial.

IV. O processo de independência no Haiti caracterizou-se por uma rebelião

escrava, constituindo-se em um singular modelo de luta anticolonial.

Marque a opção correta.

- a) Todas estão corretas.
- b) Todas estão incorretas.
- c) Apenas a I e a IV estão corretas.
- d) Apenas a I e a III estão corretas.
- e) Apenas a III e a IV estão corretas.

2. (Unesp – 2013) Leia:

“É uma ideia grandiosa pretender formar de todo o Novo Mundo uma única nação com um único vínculo que ligue as partes entre si e com o todo. Já que tem uma só origem, uma só língua, mesmos costumes e uma só religião, deveria, por conseguinte, ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que haverão de se formar; mas tal não é possível, porque climas remotos, situações diversas, interesses opostos e caracteres dessemelhantes dividem a América.” (Simón Bolívar. Carta da Jamaica [06.09.1815]. In: Simón Bolívar: política, 1983.)

O texto foi escrito durante as lutas de independência na América Hispânica. Podemos dizer que:

- a) ao contrário do que afirma na carta, Bolívar não aceitou a diversidade americana e, em sua ação política e militar, reagiu à iniciativa autonomista do Brasil.
- b) ao contrário do que afirma na carta, Bolívar combateu as propostas de independência e unidade da América e se empenhou na manutenção de sua condição de colônia espanhola.
- c) conforme afirma na carta, Bolívar defendeu a unidade americana e se esforçou para que a América Hispânica se associasse ao Brasil na luta contra a hegemonia norte-americana no continente.
- d) conforme afirma na carta, Bolívar aceitou a diversidade geográfica e política do continente, mas tentou submeter o Brasil à força militar hispano-americana.

e) conforme afirma na carta, Bolívar declarou diversas vezes seu sonho de unidade americana, mas, em sua ação política e militar, reconheceu que as diferenças internas eram insuperáveis.

3. Quais foram os fatores que impulsionaram a vinda da Corte de Dom João VI para o Brasil?

4. Descreva algumas das mudanças importantes promovidas pela administração joanina no Brasil?

5. Por quais motivos podemos dizer que o processo de independência do Brasil foi conservador?

6. Quais motivos levaram Dom Pedro I a abdicar do trono brasileiro a favor do seu filho, Dom Pedro de Alcântara, uma criança de 5 anos?

7. Quais os três principais motivos do fim do Segundo Reinado?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar a história do continente americano, principalmente do Brasil, compreendemos que nosso lugar na sociedade possui uma origem. Nossa sociedade com todas as suas desigualdades e injustiças sociais não surgiu do nada. Também não estamos fadados a permanecer no mesmo lugar social. A tomada de consciência crítica sobre si pode conduzir para a superação do 'status quo' imposto historicamente.

RESUMO

Na aula 1 percebemos que, diferente da América Espanhola, as Treze Colônias Inglesas da América tinham um alto grau de autonomia. Quando a metrópole inglesa acirrou o controle e a exploração da colônia, os colonos se rebelaram e promoveram um processo de emancipação política que resultou numa guerra de libertação, orientando movimentos emancipatórios ao redor do mundo. Na aula 2 estudamos que a América Espanhola possuía uma sociedade fortemente hierarquizada. Nas aulas 3, 4, 5, 6 e 7 estudamos as bases da formação do Brasil e percebemos como as elites brasileiras se esforçaram para manter seus privilégios sociais em detrimento do restante da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- . Site: <<https://www.todamateria.com.br/america-espanhola/>> Dia 11/02/2021.
- . Site: <<https://www.todamateria.com.br/independencia-da-america-espanhola/>> Dia 11/02/2021.